em relação ao futuro do mercado, merece atenção especial. Segundo alguns analistas, os aumentos das cotações de cacau resultam da combinação de diversos fatores, dentre os quais, vale destacar as crescentes dificuldades de transporte que vêm prejudicando as exportações do cacau de Gana, a suspensão das vendas da Costa do Marfim e, principalmente, a retomada, desta vez com alguma perspectiva de sucesso, das negociações do Acordo Internacional do Cacau.

No dia 30 de junho, diversos países consumidores e produtores de cacau, reunidos em Genebra, aprovaram a aplicação provisória do Acordo, para vigorar a partir de primeiro de agosto próximo. Os grandes ausentes foram a Costa do Marfim e os EUA, respectivamente, maior produtor e maiores consumidores mundiais de cacau. A CEE optou por assinar um anexo ao documento, o qual lhe permite comunicar à ICCO sua adesão ou não ao Acordo até 1º/8/81.

A principal dificuldade para que a CEE confirme sua adesão vem sendo imposta pela Alemanha, que se recusa a ingressar no Pacto sem a presença da Costa do Marfim. Neste sentido, dois movimentos principais estão sendo detectados nos últimos dias. Primeiramente, uma menor resistência por parte da Alemanha, em razão das pressões exercidas pelos demais membros da CEE. Em seguida, o desencadear de intensas gestões diplomáticas destinadas a obter a adesão da Costa do Marfim. Como exemplo, vale citar a expectativa vivida pelo mercado por ocasião da visita do presidente deste país à Europa, quando se esperavam fortes pressões no sentido da adesão do país africano ao Pacto.

No entanto, cabe perguntar em que medida a possível implementação do Acordo Internacional do Cacau resultaria em uma reversão duradoura da atual tendência baixista de preços. As cláusulas econômicas do Acordo estabelecem como limites de intervenção do estoque regulador o intervalo US$ 1,10/lb e US$ 1,50/lb, ou US$ 2.425/t a US$ 3.307/t. Isto significa que os administradores do estoque regulador entrariam como compradores no mercado sempre que os preços do cacau estivessem inferiores a US$ 1,10/lb. Os recursos do estoque giram em torno de US$ 250 milhões, quantia que permitiria a aquisição, aos preços atuais, de 160 mil t. É evidente que, se a disponibilidade internacional de cacau for reduzida em 160 mil t, em um período relativamente curto, as cotações internacionais subirão. No entanto, a médio prazo, a manutenção de preços remuneradores atuará, por certo, no sentido de manter o desequilíbrio entre produção e consumo.

LEITE

O paradoxo do excesso da oferta

A pecuária leiteira nacional atravessa agora mais uma crise. Esta, porém, bem diferente das de anos anteriores, quando já na entrada da entressafra o Brasil contratava importações de leite em pó, para complementar o abastecimento interno, durante o período de estiagem. Este quadro foi uma constante durante a década de 70, pois a produção interna de leite não era suficiente para atender ao consumo durante todo o ano. Como o período de safra não gerava excedentes para a formação de estoques que pudessem ser comercializados na entressafra, recorria-se às compras externas de leite em pó, para reidratação e distribuição no mercado interno. O leite importado, de qualidade inferior, embora comprado a preços muito abaixo do valor pago pelo produto nacional, era ofertado ao mesmo preço do produto produzido no país. O diferencial de preços acabava ficando nas mãos dos importadores e dos industriais. Assim, perdia o país duplamente. De um lado, oferecia à população um leite de má qualidade a preço elevado. De outro, gastava divisas importando um produto que poderia ser produzido internamente se o setor leiteiro fosse incentivado para tal.

Dentro deste contexto, a pecuária leiteira nacional jamais viria a ser uma atividade rentável, pois a inexistência de investimentos no setor visando uma maior racionalidade das formas de exploração, e conseqüentemente uma maior capitalização do produtor, impedia o seu desenvolvimento, resultando assim nas crônicas crises de abastecimento.

Obviamente, além da questão diretamente relacionada com a baixa remuneração do produtor, existem outros fatores característicos da pecuária no Brasil que interferem no abastecimento do mercado leiteiro. A influência do preço relativo carne/leite na oferta de um ou de outro produto, devido à composição do rebanho nacional (grande parte do rebanho é de finalidade mista) e a própria composição da classe produtora, a grande maioria formada de pequenos e médios produtores, são exemplos dessa especificidade da bovinocultura brasileira, que distorcem e influenciam o abastecimento interno. Mas, na impossibilidade de atender aos reclamos generalizados, o governo tem tomado medidas compartimentadas em resposta a pressões setoriais.

Assim, para que o país, este ano, não fosse obrigado a importar novamente grandes quantidades de leite em pó (as importações em 1980 chegaram a 50 mil t), o governo definiu uma série de aumentos percentuais escalonados no preço pago ao produto, que totalizaram 81,2% de incremento durante o 1º semestre de 1981. Através desse estímulo, o governo visava uma maior oferta de leite nos grandes centros urbanos nos meses de entressafra. Coincidentemente, as chuvas, caídas no mês de março nas principais bacias leiteiras do país favoreceram a capacidade de suporte dos pastos, resultando numa produção superior àquela esperada via estímulo de preços. Acrescente-se que, além da maior produtividade alcançada nos meses de abril e maio, o volume de leite entregue às unidades de resfriamento foi influenciado pelo desvio de grandes quantidades do produto anteriormente destinadas às indústrias queijeiras. A sobrecarga nos estoques das indústrias laticinistas e o preço mais remunerador do leite para consumo constituíram as causas básicas da maior entrega de leite às usinas pasteurizadoras.

Logicamente, esse aumento no preço do leite a nível do produtor, seria repassado ao consumidor, uma vez que não se cogitou da utilização de qualquer mecanismo que tornasse o preço final do produto mais barato. Era esperada, desta forma, uma redução de consumo, principalmente nos derivados mais sofisticados, uma vez que eles se tornariam relativamente mais caros que outros gêneros alimentícios, cuja alta nominal de preços tem sido parelha com os reajustes salariais.

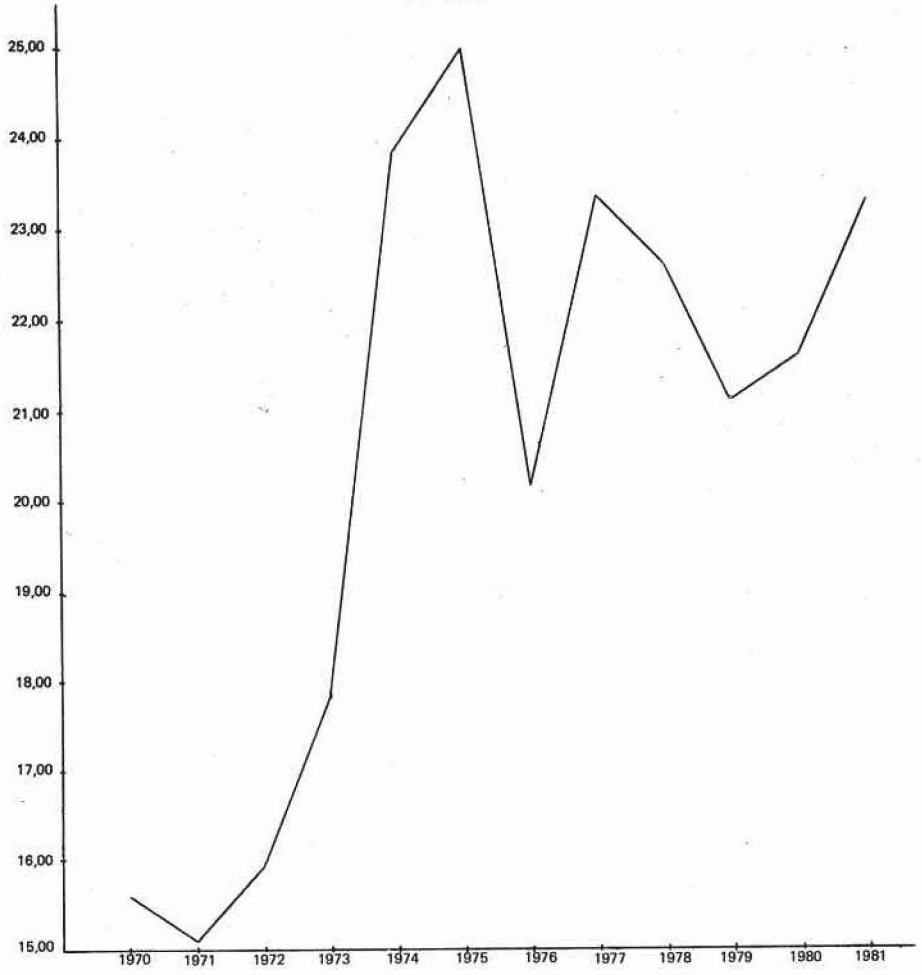
A redução de consumo ocorreu efetivamente em todos os segmentos do setor, isto é, desde o leite pasteurizado até o queijo mais sofisticado. No que tange ao consumo de leite pasteurizado, esta redução reflete as compras menores da população de baixa renda, cujo nível de consumo *per capita* era considerado muito inferior ao recomendado por órgãos internacionais (FAO e OMS).

Em termos reais, o incremento no preço pago ao produtor, entretanto, não alcançou um nível tão elevado. Como pode ser visto no Gráfico 1, o preço médio pago ao produtor no 1º semestre de 1981 situou-se abaixo do preço real praticado em 1975, o maior nível alcançado durante a década de 70. O preço médio real recebido pelo produtor este ano, tende ainda a ser inferior à média do 1º semestre, se considerarmos que um novo aumento só irá acontecer provavelmente na entrada da próxima safra, que se dará no início de novembro próximo. Até lá, o preço pago ao produtor será de Cr$ 29,00 para o leite consumo (leite-cota) e de Cr$ 27,00 para o leite destinado à indústria. Considerando os atuais níveis inflacionários da economia nacional, grande parte do incremento real no preço será corroído pela elevação dos preços dos insumos e da mão-de-obra, principais itens no custo total de produção da pecuária leiteira.

Por sua vez, o governo já financiou a compra de 36,9 mil t de leite em pó, 15 mil t de queijo e 12 mil t de manteiga. Mais recentemente, adquiriu mais 5 mil t de leite em pó

GRÁFICO 1

BRASIL – Preço Real[1] Pago ao Produtor de Leite – Média Anual 1970-81[2] (Cr$/l)



[1] Valor inflacionado pelo IGP (Col. 2) da FGV. Cr$ de maio de 1981.
[2] Média do 1º semestre.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Até 1974 - SUPLAM-MA. De 1974 a 1981 – Ass. Bras. Prod. Leite B.

que deverão atender ao abastecimento do Nordeste. Ainda, dentro da programação governamental, mais 6 mil t de leite em pó deverão ser adquiridas para, através de mecanismos institucionais, serem distribuídas, na entressafra, às populações de baixa renda.

Subsiste, porém, o problema da comercialização dos grandes excedentes de derivados lácteos em poder das indústrias. O mercado interno, devido ao nível proibitivo dos preços, não deverá absorver todos os estoques de queijos, manteiga e leite em pó. A venda para os mercados externos também não parece muito provável, na medida em que os produtos brasileiros não têm um preço competitivo, comparativamente aos praticados no mercado externo pela CEE, Austrália, Nova Zelândia e EUA.

Nos próximos meses, a situação de excesso de oferta deverá experimentar um certo alívio, pois durante a entressafra, a produção de leite a nível de fazenda cai de 25%

QUADRO 1

BRASIL — Comparativo do Desempenho da Produção Brasileira de Leite e dos Principais Tipos de Queijos — 1973/77
(em kg)

Tipos \ Anos	1973	1974	Δ % 74/73	1975	Δ % 75/74	1976	Δ % 76/75	1977	Δ % 77/76
Minas (Frescal)	15.809.965	14.652.621	-7,32	22.276.727	52,00	25.266.681	13,42	22.735.868	10,00
Prato	27.421.203	29.066.881	6,00	34.279.755	17,95	37.776.979	10,20	40.301.824	6,70
Parmesão	10.407.084	11.625.858	11,71	13.250.339	14,00	13.958.716	5,35	11.884.372	-15,22
Mussarela	10.370.085	11.686.220	12,70	15.279.363	30,75	19.841.234	29,85	21.440.803	8,00
Reino	3.463.379	2.161.179	3,13	2.432.096	-10,62	3.257.327	14,20	3.027.410	-7,00
Estepe	2.095.711	2.161.179	3,13	2.432.096	12,53	3.006.928	23,63	2.825.103	-6,00
Fundido	1.633.023	1.505.175	-7,83	2.016.817	34,00	2.498.638	23,90	1.907.915	-23,65
Requeijão	3.262.896	5.717.999	75,25	4.534.440	-20,70	5.310.336	17,00	7.832.605	47,50
Outros	3.852.351	4.578.722	18,85	7.225.506	57,80	8.677.961	20,10	10.522.528	21,25
Total	78.315.697	84.186.207	7,50	104.147.676	23,70	119.594.800	14,85	122.428.428	2,40
Prod. Bras. Leite(1)	7.248.828	7.101.261	-2,00	7.947.378	11,90	8.256,942	3,90	9.565.637	15,85

FONTE DIPOA-MA (para queijos) e FIBGE para o leite.
(1) Produção em 1.000 l.

a 35%, dependendo das condições climáticas vigentes.

Todavia, a solução para a atual crise do setor como um todo dependerá, em última instância, de um acordo entre os segmentos envolvidos. Naturalmente, o governo deverá participar, pois se trata de um produto que compõe a dieta básica do brasileiro. A decisão final, no entanto, não deve reduzir a atual taxa média de ganho do produtor, que vem sendo penalizado durante anos com preços reais inferiores à taxa de inflação (ver Gráfico 1), sob pena de o país continuar dependendo de importações crescentes de leite para atender à população.

Com esse objetivo, parece indispensável a aquisição pelo governo de uma maior quantidade de leite em pó para formação de estoques reguladores. Paralelamente, seriam buscados mercados externos para os derivados mais sofisticados, mesmo que esta alternativa fosse subsidiada. Neste caso, porém, deve ficar explícito o caráter excepcional da medida, pois se esta prática se generalizasse, induziria as indústrias a desviarem quantidades crescentes de leite para a produção dos derivados mais nobres, resultando na diminuição da quantidade ofertada de leite pasteurizado à população. Isto porque o consumo dessa modalidade de leite, apesar de extremamente baixo, vem decrescendo ainda mais nos últimos anos, conforme pode ser visto no Quadro 1, onde aparece a produção brasileira de leite *in natura* e de queijos. Os dados do quadro mencionado revelam um crescimento desproporcional da produção de queijos (12,11% a.a. no período 1973/77) em relação a do leite *in natura* (7,4%), comprovando que a oferta de leite pasteurizado *per capita* poderia ter sido maior, caso o ritmo do crescimento industrial fosse equivalente. É oportuno, contudo, esclarecer que a taxa média de crescimento da produção nacional de leite nesse período foi a maior de toda a década, pois corresponde aos anos de melhor remuneração ao produtor.

Além dessas medidas, cogita-se de fomentar o consumo do leite no país através de campanhas promocionais dirigidas. É pertinente lembrar, contudo, que essas campanhas para serem bem-sucedidas devem basear-se numa melhoria da qualidade do leite distribuído internamente. Embora se reconheça que a causa principal da queda do consumo do leite seja o baixo poder aquisitivo da população, não é de todo descabido imputar uma parcela de culpa à deterioração da qualidade do leite nos últimos anos. Recentemente, as análises de sanidade do leite pasteurizado, realizadas em São Paulo, condenaram quase todas as marcas industriais que atendem ao mercado. É pertinente lembrar também que a longa seqüência de anos, em que se serviu à população um leite reidratado de má qualidade, deve ter contribuído para desestimular o hábito do consumo diário desse alimento, universalmente consagrado. Se a esse fato, acrescentar-se que o mesmo tem ocorrido com relação à qualidade do café distribuído internamente, chegar-se-á à conclusão de que se não houver intensificação da fiscalização dos alimentos, o segmento jovem da população (a quem a campanha deverá visar) jamais adquirirá o hábito de consumir a mistura, até então tradicional,do café com leite.

SOJA

Exportações: aumentam as brasileiras e caem as norte-americanas

A demanda internacional por soja para transformação em proteína animal tem evoluído lentamente nos últimos meses, desde o final de 1980. Tal situação decorre de um conjunto de fatores, dentre os quais se destaca uma menor rentabilidade no setor de carnes, principalmente na Europa Ocidental e nos EUA, numa conjuntura de desaceleração da atividade econômica, nestes mercados. Além disso, a firmeza do dólar norte-americano, desde fins de 1980, frente às principais moedas européias, tornou o produto cotado naquela moeda mais caro para os consumidores da CEE.

A situação do mercado neste período pode ser vista no Gráfico 1, que apresenta as cotações médias mensais do complexo soja, de junho de 1980 a junho de 1981. Pode-se observar uma escalada de preços nos seis primeiros meses — resultado da